

MOBILIDADE URBANA E ENVELHECIMENTO: A PERCEPÇÃO DOS IDOSOS SOBRE OS DESAFIOS DE ACESSIBILIDADE EM MOSSORÓ-RN

David Lucas Candido do Vale¹

*(Discente em Geografia,
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
e-mail: david20240024013@alu.uern.br)*

Luís André Freitas Costa de Miranda²

*(Discente em Geografia,
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
e-mail: luis20240024443@alu.uern.br)*

Reinaldo da Silva Goes³

*(Discente em Geografia,
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte,
e-mail: reinaldo20230006577@alu.uern.br)*

Otoniel Fernandes da Silva Júnior⁴

*(Professor Doutor em Geografia,
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
e-mail: otonielfernandes@uern.br)*

Resumo

Este artigo investiga como os idosos de Mossoró-RN percebem e vivenciam os desafios relacionados à mobilidade urbana. O objetivo é compreender os principais entraves à livre circulação e acessibilidade desse grupo, com ênfase nas condições de infraestrutura urbana, transporte público e segurança. Adotou-se uma metodologia quantitativa com aplicação de questionários estruturados a 16 idosos com 60 anos ou mais, residentes em quatro bairros da cidade. Os dados foram analisados por meio de estatísticas descritivas e representados graficamente. Os resultados revelam carências significativas em infraestrutura, como calçadas inadequadas e falta de rampas de acesso, além de baixa efetividade do transporte público. A análise evidencia que, embora os idosos se mantenham ativos, sentem-se limitados por barreiras físicas e pela falta de informação sobre seus direitos, o que impacta diretamente em sua autonomia e qualidade de vida.

Palavras-chave: Mobilidade Urbana. Idoso. Deslocamento. Acessibilidade.

Identificação do GT

GT1: Estudos Urbanos

1 INTRODUÇÃO

No campo dos estudos urbanos e populacionais, especialmente sob a ótica da Geografia, a mobilidade urbana tem sido objeto de numerosas investigações que buscam compreender as dinâmicas de circulação no espaço urbano, os impactos das políticas de transporte e os processos de segregação socioespacial. Contudo, apesar do crescimento

significativo da população idosa no Brasil e com as tendências apontando para uma projeção maior desse grupo, observa-se uma lacuna importante na produção científica e no tratamento das políticas públicas urbanas sobre a centralidade da mobilidade urbana para garantia de autonomia e inclusão desse grupo. Sob a ótica da produção acadêmica são ainda escassos os trabalhos que direcionam suas análises sobre a mobilidade urbana para o grupo da população idosa. A ausência teórica e empírica de estudos e políticas efetivas promove a invisibilização das necessidades dessa população e dos debates sobre o planejamento urbano.

A abordagem da mobilidade urbana no âmbito dos estudos da Geografia Urbana e da População exige uma compreensão ampliada, que ultrapasse as estatísticas demográficas e dos fluxos de deslocamentos. A perspectiva deve direcionar suas análises para entender como a distribuição dos equipamentos urbanos, a qualidade da infraestrutura viária e a disponibilidade de transporte público afetam o cotidiano da população idosa nas cidades brasileiras. A partir destes pontos, podemos abordar temas como a justiça socioespacial e equidade no uso do espaço urbano, como centrais para as análises do espaço urbano fragmentado e segregador. A ausência de calçadas acessíveis, a precariedade dos transportes coletivos e a escassez de mobiliário urbano não apenas dificultam a mobilidade de idosos, como também refletem a seletividade das políticas públicas de urbanismo.

A discussão sobre o direito à cidade, conceito formulado por Lefebvre (1968) e amplamente debatido na Geografia Crítica, nos brinda com um importante referencial para esta análise. Mais do que um direito individual, a mobilidade urbana deve ser compreendida como expressão de um direito coletivo, que abrange para além dos serviços de transporte, mas integra a cidade em sua totalidade. No caso dos idosos, esse direito a mobilidade urbana e ao direito a cidade envolve a possibilidade de viver plenamente os espaços de vida, de acessarem serviços de saúde e lazer e do convívio com a comunidade.

Diante desse cenário, este artigo tem como objetivo analisar a percepção dos idosos sobre as condições de mobilidade urbana no município de Mossoró-RN, destacando os principais desafios enfrentados no cotidiano. A pesquisa se estrutura em quatro partes principais: a primeira apresenta uma fundamentação teórica ancorada na Geografia da População e nos marcos legais sobre os direitos da pessoa idosa; a segunda descreve a metodologia adotada; a terceira expõe e analisa os dados obtidos a partir da aplicação de questionários; e a última traz as considerações finais, apontando os limites da mobilidade

urbana para a população idosa e possíveis encaminhamentos para políticas públicas inclusivas.

Espaço Urbano e Envelhecimento da População

O envelhecimento populacional, enquanto fenômeno demográfico e social, apresenta-se como um dos grandes desafios para pensar a contemporaneidade, em especial as sociedades urbanas e periféricas como o Brasil. Embora os estudos urbanos tenham privilegiado historicamente a análise das dinâmicas produtivas, dos fluxos e redes urbanas e da fragmentação do espaço, constata-se uma necessidade de investigações que considerem os idosos como sujeitos ativos na produção e reprodução do espaço urbano. Como coloca Nóbrega (2013, p. 137), “o envelhecimento humano se apresenta como uma chave, uma espécie de categoria de análise e interpretação da condição urbana moderna”.

As estruturas urbanas brasileiras e as políticas públicas de urbanismo, marcadas por desigualdades, tem se debruçado pouco nas especificidades dessa população. Em um contexto de expansão do capital financeiro e de intensificação da segregação socioespacial, os idosos, moradores das periferias urbanas em sua grande maioria, segundo dados do IBGE (2022), enfrentam as barreiras físicas e simbólicas de acesso à cidade. Como destacam Vêras e Felix (2016, p. 443) “o direito a cidade e ao lugar, como espaço identitário, é o que possibilita aos indivíduos ser mais ou menos cidadão”, e a perda desse direito representa o último estágio do desmonte do Estado de Bem-Estar Social. A presença cada vez mais poderosa do capital imobiliário e financeiro molda o ambiente urbano construído voltado as necessidades do consumo e da circulação, produzindo desigualdades de renda e acesso, assim como também invisibilização social para os segmentos da população considerados menos produtivos, como os idosos.

Desse modo, torna-se necessário e urgente analisar a cidade como um espaço reprodutor das desigualdades intergeracionais, onde o envelhecimento é marcado como uma experiência com o espaço de perda: da autonomia, da mobilidade, da sociabilidade e do pertencimento ao espaço urbano. Assim, o cotidiano enquanto categoria de análise conforme aponta Lefebvre (1968, 1999) torna-se central para entender as diacronias e sincronias no espaço através do urbanismo tecnocrata que invisibiliza os sujeitos envelhecidos por meio da precarização e seletividade das políticas públicas. Contudo, Lefebvre aponta que são nos

espaços de vida e no cotidiano em que se encontram a potência da sociedade urbana, através da resistência e do contra usos dos espaços públicos, por meio da obra, criação e autogestão do espaço é possível pensar em um outro urbano menos segregador e mais pleno da vida cotidiana.

Apesar das ausências dos sujeitos envelhecidos nas políticas públicas urbanas, é bom que se frise que esse grupo é responsável ainda pelo sustento de suas famílias, através dos benefícios previdenciários, muitos lares brasileiros tem nos idosos a figura central na chefia e sustento das necessidades. Camarano (2002, p.3) argumenta que “a associação entre envelhecimento populacional e dependência deve ser referenciada a uma realidade social” em que os idosos se tornam sujeitos ativo na economia de pequenos e médios centros urbanos. Portanto, a relação entre envelhecimento da população e os efeitos sobre o espaço urbano cabem nas agendas de estudo da Geografia Urbana e Geografia da População, contribuindo assim com uma agenda crítica que posicione o envelhecimento como uma categorial central na análise urbana e reivindique o direito a cidade para todas as idades.

Mobilidade Urbana e seus desafios

Para VACCARI, a mobilidade urbana é uma característica associado às pessoas e atores econômicos que se deslocam na cidade para atender às necessidades do dia a dia:

A mobilidade urbana é um atributo associado às pessoas e atores econômicos no meio urbano que, de diferentes formas, buscam atender e suprir suas necessidades de deslocamento para a realização das atividades cotidianas como: trabalho, educação, saúde, lazer, cultura etc. Para cumprir tal objetivo, os indivíduos podem empregar o seu esforço direto (deslocamento a pé), recorrer a meios de transporte não motorizados (bicicletas, carroças, cavalos) ou motorizados (coletivos e individuais). (VACCARI, 2011, p. 10)

Também o Parque de Inovação e Sustentabilidade do Ambiente Construído (PISAC) vai abordar a mobilidade urbana, definindo:

Mobilidade urbana refere-se à capacidade de deslocamento de pessoas e de bens dentro de um espaço urbano. Ela abrange os diferentes modos de transporte – como carros, ônibus, bicicletas, trens e caminhadas – e as infraestruturas que suportam esses deslocamentos, como vias públicas, ciclovias e sistemas de transporte público. Mais do que o simples ato de se mover, a mobilidade urbana está diretamente ligada à qualidade de vida, acessibilidade e eficiência das cidades. (PISAC, 2025)

Percebe-se que, de acordo com as definições citadas, a mobilidade urbana está interligada à necessidade do indivíduo. Sendo assim, nota-se uma invisibilidade quanto à população idosa, visto que, PISAC (2025) compreende que a mobilidade urbana não só está diretamente ligada à acessibilidade e eficiência das cidades, mas também à qualidade de vida do indivíduo. Nesse sentido, invisibilizando o idoso, consequentemente contribui para a má qualidade de vida desse grupo. Portanto, faz-se necessário compreender a perspectiva desses cidadãos.

O Idoso e os Direitos Associados à Mobilidade Urbana

Como motivação para a realização deste estudo, tivemos como principal questionamento se os ambientes urbanos seriam acessíveis para todas as faixas etárias, surgindo assim o seguinte questionamento: Seria a cidade um lugar acessível para a mobilidade urbana da terceira idade? Buscando referências em leituras, como a revista “Humanamente” que publicou um roteiro de PodCast que retrata sobre a mobilidade urbana dos idosos, expondo dados de que atualmente a população idosa representa mais de 10% da população total do Brasil e com a projeção de representar mais de 30% do total em 2060 (IBGE, 2022).

Eles também retratam mais uma informação importante para a motivação da pesquisa, que 84% dos idosos vivem nas áreas urbanas, onde enfrentam os desafios da dificuldade de mobilidade, má conservação do espaço público e falta de acessibilidade nos serviços de transportes públicos.

Conforme afirmado por Blanco et al. (2014), o desenvolvimento urbano das cidades deveria ser encarado como uma política pública, o que permitiria a inclusão da pessoa idosa nos espaços urbanos, garantindo-lhe o direito de ir e vir, assim como a qualquer outro cidadão, independentemente da faixa etária. Nesse contexto, torna-se imprescindível uma maior atenção e reformulação das estruturas urbanas, a fim de assegurar a qualidade de vida necessária para a população idosa.

Ao tratar do direito de acesso às políticas públicas, faz-se referência, principalmente, ao Estatuto da Pessoa Idosa, promulgado em 2003, o qual estabelece:

Art. 2º A pessoa idosa goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhe, por lei ou por outros meios, todas as

oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade. (Lei nº 10.741/2003)

Dessa forma, conforme dispõe a referida Lei, a pessoa idosa é detentora de todos os direitos fundamentais, contando ainda com prerrogativas específicas, tais como o atendimento preferencial, que assegura um serviço individualizado e imediato; prioridade na formulação e execução de políticas públicas — a exemplo da campanha de vacinação contra a Covid-19, na qual os idosos integraram um dos primeiros grupos contemplados, em razão de sua maior vulnerabilidade em termos de saúde — além de proteção contra a violência e maus-tratos, dentre outros direitos assegurados.

Todavia, quando vamos para o campo real, é possível perceber que os idosos vêm levantando a sua voz sobre a dificuldade que enfrentam para a realização de sua locomoção, pois encontram calçadas esburacadas, escadas com grandes degraus ou inclinação incorreta, a falta de sinalização adequada nas ruas e a falta de adequação dos transportes públicos (BLANCO ET AL, 2014).

Segundo o Jornal Isto é Dinheiro (2025), mais de 80% da população brasileira vive em ruas que possuem calçadas, mas apenas 18% delas estão livres de qualquer obstáculo, o que dificulta a locomoção de pessoas com mobilidade reduzida, ou seja, o próprio grupo dos idosos. Tais obstáculos evidenciam a carência de um planejamento urbano adequado, sobretudo no que tange à inclusão desse grupo, que requer uma atenção específica para as questões relacionadas à mobilidade e à acessibilidade dentro do espaço urbano.

De acordo com o Diário do Transporte (2018), “o ônibus é o meio de transporte mais comum entre as pessoas idosas, sendo utilizado por 51% do grupo, eles afirmam usar o transporte público diariamente. Desse modo, se torna fundamental que o seu uso por esse grupo seja devidamente respeitada e acatada pelos indivíduos, porém, esse direito é negligenciado constantemente, pois 27% dos idosos declararam que o direito dos assentos reservados não são respeitados pelo resto da população com a qual divide o meio de transporte.

Tais dados demonstram a forma como as pessoas lidam com as questões dos idosos e como ainda é necessário o desenvolvimento de políticas e ações afirmativas que reforcem tais direitos.

2 METODOLOGIA

Este trabalho consiste em uma abordagem quantitativa, que segundo Guerra et al (2024), é um modelo de pesquisa que tem como base e objetivo crucial a obtenção de dados numéricos e a análise estatística desses dados para a interpretação e estudo de um determinado fenômeno, considerando também o contexto cultural e social. Sendo assim, busca-se, neste trabalho, investigar a relação entre o idoso e a mobilidade urbana, considerando os desafios, dificuldades e problemáticas em torno da população idosa de Mossoró, município do Estado do Rio Grande do Norte. A pesquisa foi orientada como produto final da disciplina de Geografia da População no curso de Licenciatura em Geografia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, campus de Mossoró, sob a orientação do professor Otoniel Fernandes da Silva Júnior.

Com o intuito de atender os objetivos da pesquisa, foi aplicado um questionário para obter informações como idade, sexo, bairro em que residem, se possui filhos ou não, e caso possua, informar a quantidade. Já na segunda seção, as perguntas englobam como os idosos se deslocam diariamente, com que frequência eles saem de casa para realizarem suas atividades; se sentem segurança nas ruas de Mossoró; se as calçadas do bairro são adequadas para caminhar; se possuem rampas ou faixas de pedestres bem sinalizadas onde eles moram e se encontram bancos ou espaços de descanso durante os seus trajetos a pé. Além disso, são questionados acerca do uso de transportes públicos, com ênfase na frequência de sua utilização, na percepção sobre a acessibilidade desses meios para pessoas com mobilidade reduzida, e se já deixaram de realizar alguma atividade em razão de dificuldades relacionadas à locomoção e acessibilidade. Indaga-se, ainda, quais são os principais desafios enfrentados no deslocamento urbano, se consideram a cidade planejada para atender às necessidades da pessoa idosa e se possuem conhecimento sobre os direitos que lhes são assegurados.

Visando proporcionar uma melhor compreensão do estudo, os dados coletados foram convertidos em gráficos, com intuito de proporcionar uma visualização mais clara e precisa, facilitando a discussão subsequente. Foi realizada uma análise descritiva dos dados, a qual buscou delinear o conjunto de informações obtidas por meio do questionário aplicado.

3 RESULTADOS

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam que 84% da população idosa residem em zonas urbanas, onde lidam diariamente com dificuldades de

mobilidade, como calçadas em condições inadequadas e a falta de opções de transporte acessível.

Nesse sentido, um questionário foi aplicado com 16 idosos em quatro bairros da cidade Mossoró (Santo Antônio, Bom Jardim, Paredões e Belo Horizonte). Para facilitar a coleta de dados foi inicialmente aplicado nos Centro de Referência a Assistência Social – CRAS, que desenvolve atividades sociais frequentes com esse segmento da população. Os participantes da pesquisa tiveram conhecimento da proposta e concordaram participar através de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

A faixa-etária e sexo predominante dos participantes da pesquisa foi de 65-70 anos (31,3%) e feminino (68,8%) respectivamente, o que aponta para feminização da velhice um fenômeno constatado pelas pesquisas acadêmicas de cunho social e demográfico. Na tabela 1 tem-se as variáveis sociodemográficas, sendo assim, observa-se a distribuição de idosos em sexo, idade, bairros e números de filhos.

Tabela 1 - Distribuição de idosos por sexo, idade, bairros e números de filhos.

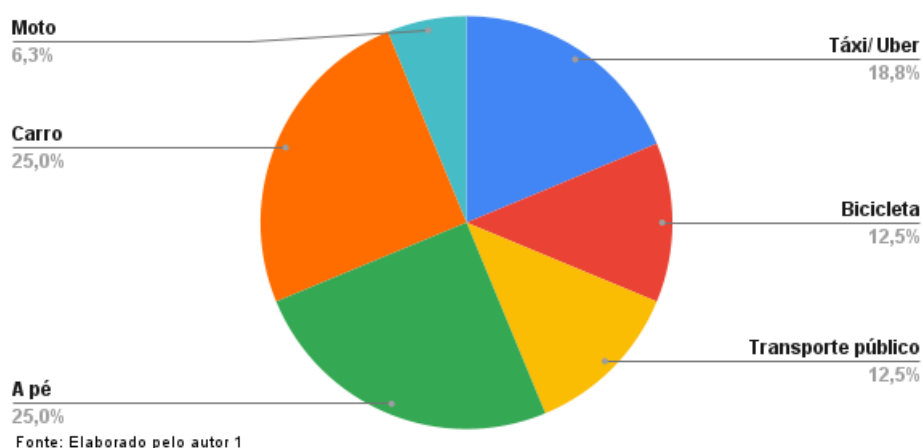
Características sociodemográficas	n	%
<i>Sexo</i>		
Feminino	11	68,8%
Masculino	5	31,3%
<i>Idade</i>		
60 a 70 anos	9	56,3%
71 a 80 anos	5	31,3%
81 anos ou mais	2	12,5%
<i>Bairro</i>		
Belo Horizonte	3	18,8%
Bom Jardim	6	37,5%
Paredões	1	6,3%
Santo Antônio	6	37,5%
<i>Filhos¹</i>		
1 a 3 filhos	8	50,0%
4 a 6 filhos	7	43,8%
7 ou mais filhos	0	0,0%

Fonte: Elaborado pelo autor 1

¹ Dentre os dezesseis (16) idosos entrevistados, apenas um (1) idoso respondeu não ter filho.

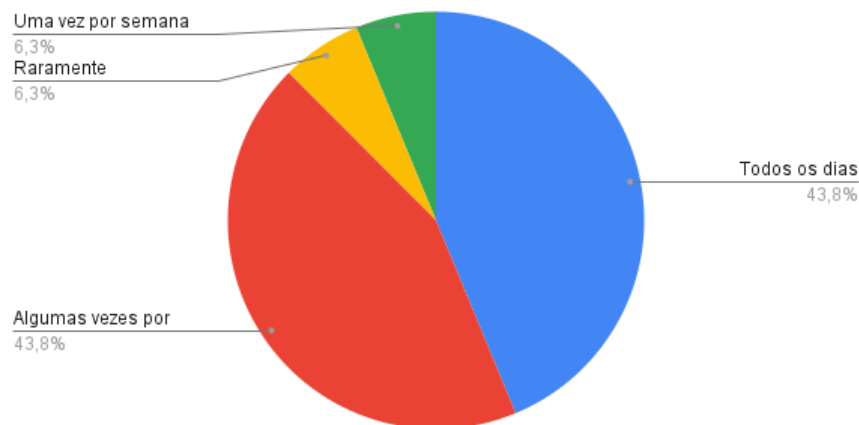
As questões a seguir tratam diretamente das informações que permeiam a mobilidade urbana experienciada pelos idosos em Mossoró. No gráfico 1 abaixo, observamos os meios de transportes mais utilizados para deslocamento dos idosos em Mossoró. Analisando o gráfico, observa-se que $\frac{1}{4}$ dos idosos deslocam-se a pé, enquanto isso, 13% depende do transporte público, o que representa um número extremamente baixo e reflete as condições de precariedade e insuficiência dos transportes coletivos urbanos. Destaque para mais de 50% do número de participantes que utilizam os transportes automotivos individuais, com destaque para o carro próprio e o recente serviço privado de transportes por aplicativo.

Gráfico 1 - Deslocamento diário



Enquanto o gráfico anterior aborda como esses idosos se locomovem, o segundo vai retratar a frequência desses deslocamentos. 43,8% dos idosos se mantêm ativos, saindo todos os dias de suas casas para as diversas atividades do cotidiano. Em pesquisa no bairro Santo Antônio, cinco dos seis idosos entrevistados, desenvolvem atividades no CRAS do bairro. Desses, 80% responderam que saem “algumas vezes por semana”, evidenciando a importância da manutenção desses centros de assistência para o desenvolvimento social e visibilidade desse grupo etário.

Gráfico 2 - Frequência de deslocamento



Fonte: Elaborado pelo autor 1

Quanto à segurança, mais da metade dos entrevistados (10 idosos = 62,5%) confirmam existir segurança durante o percurso ao realizarem suas atividades.

Gráfico 3 - Segurança ao locomover pelas ruas de Mossoró



Fonte: Elaborado pelo autor 1

Adentrando na infraestrutura urbana, quando questionadas acerca acessibilidade (calçadas adequadas, rampas de acesso e faixas de pedestres bem sinalizadas), grande parte destacou a precariedade desses elementos cruciais para a locomoção do dia a dia.

31,3% afirmam que as calçadas “são bem conservadas e acessíveis”, 31,3% “algumas estão boas e outras não” e 37,5% destacam que “são esburacadas e mal conservadas”. Deste último, a maioria, que representa 66,7% (quatro dos seis idosos), é do bairro Belo Horizonte.

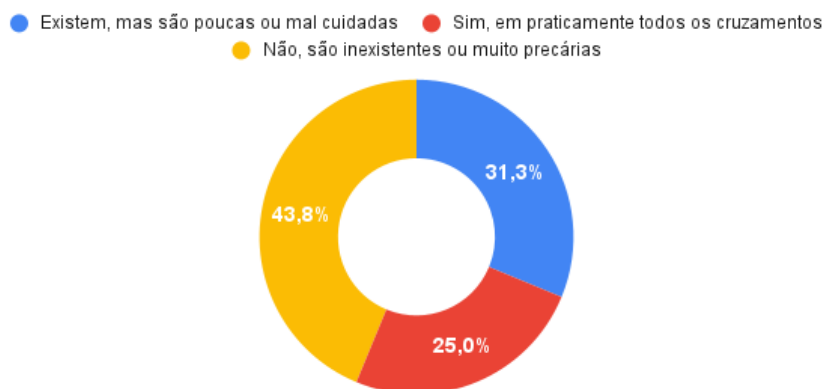
Gráfico 4 - Calçadas adequadas



Fonte: Elaborado pelo autor 1

Enquanto, no gráfico 5, vai destacar que 43,8% garantem a inexistência de rampas de acesso e faixas de pedestres. 31,3% afirmam que existem, mas não possuem manutenção, são mal cuidadas. E a minoria, 25% expressam as boas condições desses meios de acessibilidade.

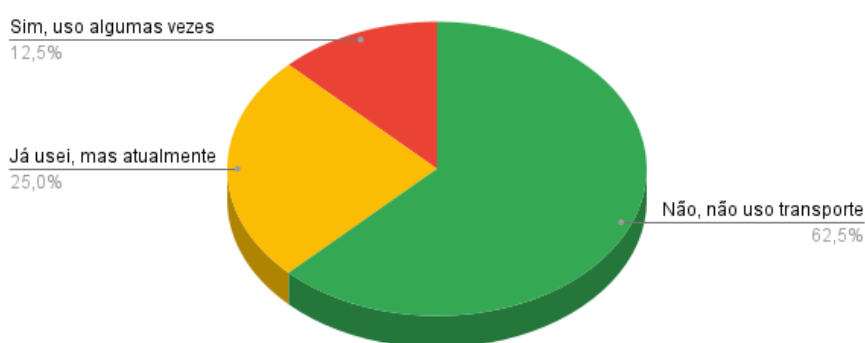
Gráfico 5 - Rampas de acesso e faixas de pedestres sinalizadas



Fonte: Elaborado pelo autor 1

Em relação ao uso do transporte público e frequência dele, a maioria, que representa 87,5% (soma de “25,0% = já usei, mas atualmente não utilizo mais” e “62,5% = não, não uso transporte público”) afirmam não utilizar o transporte público para se locomover na cidade, em decorrência principalmente das linhas de ônibus que não abrangerem diversos pontos dos bairros.

Gráfico 6 - Uso do transporte público e frequência



Fonte: Elaborado pelo autor 1

A dificuldade na acessibilidade no transporte público é evidenciada quando apenas 18,8% afirmam que os ônibus são acessíveis.

Gráfico 7 - Acessibilidade nos ônibus para idosos com mobilidade reduzida



Fonte: Elaborado pelo autor 1

Observando o gráfico 8, é possível perceber quatro principais problemas relacionados ao deslocamento do idoso na cidade. Nota-se que, 25% desse grupo etário enfatiza a insegurança como desafio para deslocamento. No entanto, 18,8% demonstra a pouca oferta de transporte público, 18,8% dificuldade física para caminhar e 12,5% a falta de acessibilidade nas calçadas. Além disso, 6,3% revela dificuldades no trânsito e a numerosidade de pessoas.

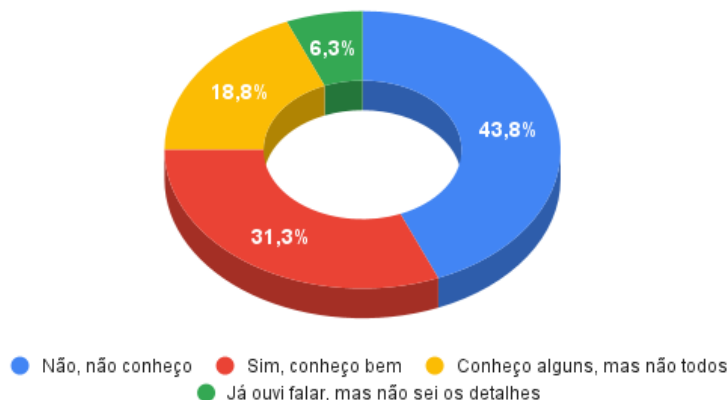
Gráfico 8 - Principais desafios enfrentados no deslocamento em Mossoró



Fonte: Elaborado pelo autor 1

Sobre os direitos relacionados à mobilidade urbana, como: gratuidade no transporte público – e reserva de assentos – e interestadual, vagas em estacionamentos e dentre outros. 43,8% desconhecem esses direitos, já 31,3% possuem conhecimento acerca deles.

Gráfico 9 - Direitos relacionados à mobilidade urbana



Fonte: Elaborado pelo autor 1

Consequentemente, o dado mostra que se faz necessário uma maior campanha de divulgação sobre os direitos relacionados a mobilidade urbana que os idosos possuem, não só em Mossoró, mas em todo o território nacional. Com isso, podemos concluir que com todos os dados coletados para a realização dessa pesquisa, fica claro a grande insatisfação relacionada a mobilidade urbana nos transportes públicos pelos idosos na cidade de Mossoró.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o envelhecimento populacional acelerado nos últimos anos no Brasil, torna-se necessária o apoio de políticas públicas relacionadas à infraestrutura pública para a população idosa. Nesse contexto, Mossoró apesar de apresentar aspectos positivos relacionados à acessibilidade desse grupo etário, ainda é notável o desprovimento na acessibilidade, como, por exemplo, falta de acesso ao transporte coletivo, calçadas inadequadas, a quase inexistência de rampas de acesso e as insuficiente áreas ao ar livre para descanso.

Por meio da aplicação do formulário, criou-se um perfil dos idosos, constando um grande número de mulheres idosas, com 68.8%. Já em relação à idade, a faixa-etária do grupo, predominava 60-70 anos. Inferiu-se, também, que dentro os idosos pesquisados, 93,8% possuem filhos.

A partir da aplicação do formulário, constatou-se que 75% se deslocam pela cidade por algum meio de transporte. Paralelamente, o transporte coletivo nos bairros é insuficiente por não atender a demanda, pois o idoso com direito à gratuidade a esse transporte não lhe é assegurado tal deslocamento. Já que, ao não alcançar grande parcela dos bairros, o idoso é forçado a procurar outros meios de locomoção. Sendo assim, aumentar a distribuição desse meio de locomoção impactará fortemente na vida do idoso, na qual irá reforçar a inclusão e sentimento de pertencimento à sociedade.

E, quanto a sua frequência, 93,9% saem pelo menos uma vez por semana para suas atividades, e isso está atrelado quase em sua totalidade o sentimento de segurança nesse deslocamento.

Já as políticas públicas quanto à acessibilidade, apresentam-se insuficientes, pois 62,5% das calçadas e rampas de acessos apresentam-se inadequadas nos quatro bairros pesquisados.

A pesquisa mostrou uma invisibilidade social do idoso, especialmente no que diz respeito à ausência de políticas públicas eficazes e à precariedade da mobilidade urbana. Em um país que envelhece rapidamente, é notório que esse grupo continua sendo negligenciado

em suas necessidades básicas de deslocamento, acessibilidade e inclusão. A falta de investimentos em infraestrutura adaptada, transporte público acessível e ações governamentais voltadas ao envelhecimento digno contribuem para a exclusão desse público, comprometendo sua autonomia e qualidade de vida.

Referências

BRASIL. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. **Estatuto da Pessoa Idosa**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.htm. Acesso em: 22 jun. 2025.

BLANCO, P; CASTILHO, M; BLANCO, T; CORTEZ, L. **Mobilidade urbana no contexto idoso**. Revista Cesumar Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, v.19, n.1, p. 143-155, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/revcesumar/article/view/3051/2321>. Acesso em: 22 jun. 2025.

CAMARANO, A. A. **Envelhecimento da população brasileira: uma contribuição demográfica**. Rio de Janeiro: IPEA, 2002. p. 1-24.

EL SAIFI, A. M. F.; DE CASTRO, R. R. M. **Mobilidade Urbana do Idoso na Condição de Pedestre: Revisão de Literatura**. In.: UCSAL. Outubro de 2020. Disponível em: <https://ri.ucsal.br/server/api/core/bitstreams/747ff3cc-a2fe-4d67-913a-c8f50999d702/content>. Acesso em: 21 jun. 2025.

GOMES, F; CAMACHO, A. **O idoso e a mobilidade urbana: Uma abordagem reflexiva para a enfermagem**. Rev enferm UFPE on line., Recife, 11(12):5066-73, dec., 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revistaenfermagem/article/view/23068/25344>. Acesso em: 22 jun. 2025.

GUERRA, A; STROPARO, T; COSTA, M; JÚNIOR, F; JÚNIOR, O; BRASIL, M; CAMBA, M. **Pesquisa qualitativa e seus fundamentos na investigação científica**. Revista de Gestão e Secretariado – GeSec, V. 15, N. 7, P. 01 - 15, 2024. São José dos Pinhais, Paraná, Brasil. Disponível em: <https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/4019/2531>. Acesso em: 22 jun. 2025

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. Tradução de Maria Auxiliadora Costa. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1991.

_____. **O direito à cidade**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2008 (1968).

Mobilidade Urbana: uma importante via de inclusão para idosos. In.: Humanamente. 2022. Disponível em: <https://humanamente.fiocruz.br/agora/mobilidade-urbana-uma-importante-via-de-inclusao-para-idosos/>. Acesso em: 22 jun. 2025.

NÓBREGA, P. R. da C. **Envelhecimento, cotidiano e geografia: algumas reflexões**. J Manag Prim Health Care, v. 4, n. 2, p. 136-142, 2013.

PELEGI, A. **27% dos idosos dizem que prioridade é desrespeitada no transporte público.** Diário do transporte, 2018. Disponível em: <https://diariodotransporte.com.br/2018/06/25/27-dos-idosos-dizem-que-prioridade-e-desrespeitada-no-transporte-publico/>. Acesso em: 22 jun. 2025

SANTOS, M. **A natureza do espaço.** São Paulo: Hucitec, 1996.

VACCARI, Lorreine Santos; FANINI, Valter. Mobilidade urbana. **Publicações temáticas da Agenda Parlamentar do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Paraná–CREA-PR.** Curitiba, 2011. Disponível em: <https://www.crea-pr.org.br/ws/wp-content/uploads/2016/12/mobilidade-urbana.pdf>. Acesso em 22 de jun. 2025.

VÉRAS, M. P. B.; FELIX, J. **Questão urbana e envelhecimento populacional: breves conexões entre o direito à cidade e o idoso no mercado de trabalho.** Cadernos Metrópole, São Paulo, v. 18, n. 36, p. 441-459, jul. 2016. <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2016-3607>.
